

*Discurso na cerimônia de comemoração dos dois anos de existência do Programa Nacional de Direitos Humanos.*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE MAIO DE 1998**

*Senhora Ruth Cardoso; Senhor Ministro da Justiça, Renan Calheiros; Senhores Ministros de Estado; Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro; Senhores Parlamentares; Senhor Secretário Nacional de Direitos Humanos, Dr. José Gregori; Senhoras e Senhores,*

Tanto o vídeo que aqui foi exibido, quanto as palavras do Dr. José Gregori e do Ministro Calheiros, mostram o que foi feito nesses dois anos. As palavras tornam-se desnecessárias, diante de fatos. E creio que, talvez, o mais pungente tenha sido esse cadastramento agora, de alguém que esteve vivendo em situação de trabalho forçado. E a desapropriação dessa fazenda mostra bem o sentido da luta que travamos no Brasil, pelos direitos humanos. É inaceitável.

É inaceitável que, na entrada do próximo milênio, ainda tenhamos que fazer o que estamos fazendo hoje, desapropriar terras porque alguns utilizam a força de proprietários para escravizar o trabalho. O fato de podermos fazer isso hoje nos alenta, mas não consola e não nos esmorece, porque sabemos das dificuldades e das imensas discriminações e abusos contra os direitos humanos que ainda existem no Brasil.

Mas me parece que é significativo e, aqui, o Dr. Paulo Sérgio Pinheiro mostrou, na sua fala, que parece inegável, hoje, que estamos caminhando. Isso que é importante.

Há poucos anos, neste país, não apenas havia os abusos, como os abusos eram objeto de silêncio. Silêncio por parte das autoridades. Mais tarde, as autoridades começaram a falar para fazer eco à voz da população. Hoje, não basta falar, é preciso fazer. Estamos fazendo. Estamos começando a atuar de forma aberta, chamando as organizações não-governamentais, pedindo a participação de todos, porque quando se trata de direitos humanos, não podemos colocar questões partidárias, não podemos colocar questões de diferenças de posição na estrutura da sociedade, nem nenhuma outra questão.

Direitos humanos, hoje, fazem parte da agenda da Humanidade, agenda internacional. Isso é alguma coisa significativa, é uma modificação que ocorreu aí. E é significativo, também, 50 anos depois da Declaração dos Direitos Humanos, que hoje seja consensual o que aconteceu no mundo contemporâneo. E que há certos temas que ultrapassam até as fronteiras, até a própria concepção de Estado, porque eles dizem respeito a alguma coisa que é mais sagrado do que tudo, que é a pessoa humana. Isso vale para a ecologia como vale para os direitos humanos.

Temos, hoje, no Brasil, a convicção tranqüila de que devemos atuar dessa maneira. E atuar dessa maneira incorporando, crescentemente, segmentos da população brasileira que estavam um pouco, ou bastante, à margem do processo nacional. Por isso, também, creio que foi feliz o Dr. José Gregori, ao mencionar o esforço na questão da valorização dos negros no Brasil, que é uma preocupação antiga de muitos de nós e minha, em particular, mas que hoje se faz algo mais presente, porque não se trata de uma preocupação, senão que de uma ação reivindicativa da população negra e inserida no contexto da sociedade, portanto legitimada pelo Estado nacional, pelo Governo e pelo Estado, como uma parte essencial do processo de democratização.

O mesmo vale para as questões de gênero, que não foram abordadas, mas que serão, crescentemente, abordadas. As diferenças entre homens e mulheres não são aceitáveis quando dizem respeito a uma busca de

trabalho, a chances e oportunidades para participar, de forma ativa, das decisões que dizem respeito à sociedade, e assim por diante. Vivemos, hoje, um outro momento da história universal e, em particular, da história brasileira.

Não podemos mais aceitar que prevaleçam regras antigas de hierarquia e de discriminação. Mas, isso também foi ponderado pelo Ministro da Justiça, tudo isso se faz no contexto da lei. Só os que não viveram os momentos de exceção se esquecem da importância das leis, se esquecem da importância do Estado Democrático de Direito. E o Estado Democrático de Direito exige obediência à lei e respeito à autoridade legítima.

Não se avança nos direitos humanos, não se avança no acesso à propriedade da terra, por exemplo, se não houver uma concepção correta de que as transformações têm que ser feitas dentro das regras que são mantidas na sociedade. As regras, muitas vezes, são injustas e têm que ser mudadas. Para isso se luta e para isso há o Congresso. E o Congresso Nacional, é inequívoco – basta olhar a exposição que está aqui, ao lado –, não falhou ao abrir oportunidades novas para a questão dos direitos humanos. Deu acesso a terra no rito sumário – foi uma modificação importante –, seja na questão dos crimes cometidos por policiais militares, seja – e espero que o Congresso aceite a nossa proposição – na transformação dos crimes contra os direitos humanos em crimes federais. Para que o Governo Federal possa agir mais eficazmente, e não apenas como é hoje, ser cobrado irresponsavelmente por aquilo que não é da responsabilidade dele. O Congresso está discutindo essa matéria e espero que, brevemente, possamos ter sucesso, também, nisso.

Mas, é inegável, que estamos diante de um momento da sociedade, em que o Parlamento está em sintonia com a sociedade. As regras estão mudando. E se as regras estão mudando, também temos que entender que, sem elas, não há convivência democrática.

A democracia exige uma cultura de tolerância, de compreensão do outro, de respeito ao outro. Mas esse respeito ao outro, numa sociedade organizada, passa pela lei. Passa pela existência de regras que foram tomadas consensuais, que foram aprovadas, que foram legitimadas.

Este jogo difícil entre a demanda justa, a necessidade, às vezes, pungente de mudanças, o horror contra a agressão que se faz contra os direitos humanos, e ao mesmo tempo de respeito às regras, esse equilíbrio difícil, disse eu, é o que permite que a democracia seja um regime que acolhe as demandas e avance. Mas respeite a lei. As mudanças, as revoluções, a democracia existem quando um processo contínuo de transformação é legitimado pelo consenso. Consenso não quer dizer unanimidade, mas quer dizer a formação de uma corrente de opinião que tenha a sustentação da maioria. E que a tendo, respeite a minoria.

São regras antigas, nada há a inovar. Mas é muito difícil colocá-las em prática. É o que estamos fazendo.

Termino, portando, agradecendo àqueles que efetivamente estão fazendo isso, a esses jovens que aqui estão. Ao Doutor Athos Bulcão, que veio trazer o prestígio do seu nome para esta solenidade, esta manhã. Agradeço à Rosely Fishman que tem sido uma lutadora. A todos os senhores, anônimos, muitos dos quais, que aqui se encontram, anônimos para mim, e que têm lutado, efetivamente, para a consecução desses valores. Ao Doutor José Gregori, que tem demonstrado a sua capacidade imensa de aglutinar e também de ser rígido, quando necessário, diante dos abusos que eventualmente possam ocorrer. A vocês todos é que nós devemos a possibilidade de dar mais esse passo. Nós, do Governo, o Ministro da Justiça, os demais ministros que aqui estão, estaremos solidários. Às vezes, precisamos ser acordados para que possamos atuar com mais energia. Às vezes, vamos pedir ajuda para que a nossa energia não se perca no vazio, pela falta de correspondência no apoio mais amplo da sociedade. Mas eu tenho a certeza de que, juntos, faremos, sim, o que estava no final do lema aí imposto: o nome da democracia, nos dias de hoje, é liberdade e direitos humanos.

Muito obrigado.